

ANEXO II DECLARAÇÃO

- 1- Paulo Zebedeu Vilas Boas Rodrigues, com Cartão de Cidadão nº11814510, residente em Quinta Manica, Travessa da Areosa nº80, 4750-390 Carapeços, na qualidade de representante legal de Zeben Sistemas Electrónicos, Lda, com NIF nº507185935, sede em Travessa de Baixo nº5, 4935-571 Castelo do Neiva, adjudicatário no procedimento de **Ajuste Direto para a Aquisição de 4 Variadores de Velocidade para Eletrobombas das Captações de Água de Monte Feio – Procedimento nº 1260/ADRG/2016**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:
- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - c. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
 - e. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;



- f. j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- g. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
- h. O Declarante tem pleno conhecimentos de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de provação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Castelo do Neiva, 22 de Dezembro de 2016

 **zeben.**
sistemas eletrónicos
A Gerência

Zebedeu Rodrigues
(Gerente)